

UMA ABORDAGEM CRÍTICA ACERCA DO PROCESSO EDUCACIONAL BRASILEIRO, ENQUANTO INSTRUMENTO DE SEGURANÇA NACIONAL

Jorge Arantes*

RESUMO

O povo, enquanto um dos elementos do Estado, revela-se componente importantíssimo para a Segurança Nacional. Trata-se de um fato axiomático. Entretanto, ao que parece, o poder público brasileiro, consorciado com inconfessáveis interesses das elites econômicas e políticas, ao longo dos séculos, não se deu conta disso. Os sistemas educacionais implantados, desde o período colonial até os dias atuais, são, em sua essência, altamente elitistas e excludentes, promovendo uma dramática marginalização das camadas populares que se veem impossibilitadas de ascender ao nível de conhecimento e do exercício da cidadania e, portanto, sem perspectivas de melhorias sociais. Por outro lado, ao impedirem a construção da cidadania destas classes, o poder público e as elites assumem o risco de formarem um povo amorfo, desprovido de princípios éticos e morais, despolitizado, prenhe de complexos coloniais, afeto ao *jeitinho* brasileiro e a comportamentos desviantes e, totalmente, alheio e desvinculado dos interesses nacionais. Daí a importância de se permitir a formação da cidadania do povo brasileiro, e o caminho não é outro senão o da educação de qualidade, voltada para este fim.

Palavras-chave: Cidadania. Educação. Elites. Política Social. Segurança Nacional.

A CRITICAL APPROACH ABOUT THE BRAZILIAN EDUCATIONAL PROCESS AS AN INSTRUMENT OF NATIONAL SECURITY

ABSTRACT

The people, as one of the elements of the State, prove to be a very important component for National Security. It is an axiomatic fact. However, it seems that the Brazilian public power, consortium with unquestionable interests of economic and political elites, over the centuries, has not realized this. The educational systems implemented since the colonial period, up to the present day, are, in essence, highly elitist and excluding, promoting a dramatic marginalization of the popular strata that are unable to rise to the level of knowledge and the exercise of citizenship that

* Graduado em Direito e em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com Licenciatura Plena em Sociologia e História, também pela UERJ. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes (UCAM/AVM - RJ). Livros Publicados: Programa Especial de Educação: Um Projeto Político”, Editora Mauad, 1998, e Pequeno Dicionário Crítico: Histórico, Geográfico, Econômico, Político e Social, Editora Interciência, 2003, além de vários artigos acadêmicos nas áreas de História, Antropologia e Educação. Contato e-mail: prof_arantes@yahoo.com.br

enable them to improve social. On the other hand, by preventing the construction of citizenship of these classes, the public authorities and elites take the risk of forming an amorphous people, devoid of ethical and moral principles, depoliticized, pregnant with colonial complexes, affection for the Brazilian way and deviant behaviors and totally alien and disconnected from national interests. Hence the importance of promoting the formation of citizenship for the Brazilian people, and the path will be none other than quality education, aimed at this end.

Keywords: Citizenship. Education. Elites. Social Policy. National Security.

UN ABORDAJE CRITICO ACERCA DEL PROCESO EDUCACIONAL BRASILEÑO, COMO INSTRUMENTO DE SEGURIDAD NACIONAL

RESUMEN

La población, como uno de los elementos del Estado, revelase componente importantísimo para la Seguridad Nacional. Tratase de un hecho axiomático. Sin embargo, a lo que parece, el poder público brasileño, asociado a los inconfesables intereses de las élites económicas y políticas, a lo largo de los siglos no comprendieron eso. Los sistemas educacionales implantados desde el periodo colonial, hasta los días actuales, son en su esencia, altamente elitistas y excluyentes fomentando una dramática marginalización de las camadas populares que están imposibilitadas de ascender a lo nivel de conocimiento y del ejercicio de la ciudadanía que les posibiliten mejorías sociales. Por otro lado, al impedir la construcción de la ciudadanía de estas clases, el poder público y las elites asumen el riesgo de formaren un pueblo amorfo, desproveído de principios éticos y morales despoliticizados lleno de complejos coloniales, enfocado al modo brasileño (“jeitinho brasileiro”) y a los comportamientos apartados y totalmente ajenos y desvinculados de los intereses nacionales. Por eso la importancia de promoverse la formación de la ciudadanía del pueblo brasileño, y el camino no será otro que no el camino de la educación de calidad, hacia a este fin.

Palabras clave: Ciudadanía. Educación. Élite. Política Social. Seguridad Nacional.

1 INTRODUÇÃO

O que todo Estado fundamentalista teme é a educação das pessoas.
Leandro Karnal

O Estado moderno poderia ser descrito como um poder político com personalidade jurídica de Direito Internacional Público, estruturado sobre três elementos básicos e fundamentais - povo, território e soberania -, sem os quais, de acordo com o professor Vinicio Martinez, da Universidade Federal de São Carlos UFSC/CECH, não pode haver Estado (MARTINEZ, 2013).

Assim, dos elementos constitutivos dessa figura jurídica de Direito Internacional Público, o que se propõe investigar no presente trabalho é a formação intelectual do povo, isto é, o capital humano do Estado Brasileiro, especificamente, sob a ótica do processo educacional. Antes, porém, seria esclarecedor que se estabelecesse a distinção entre os termos *povo* e *população*, já que, muitas vezes, são empregados indevidamente como sinônimos.

Por população, numa definição bastante singela, entende-se o conjunto de indivíduos os quais habita o Estado, de maneira indiferenciada, incluindo os estrangeiros não naturalizados, que, por conta disso, não integram o processo político. Por outro lado, identifica-se como povo, a parcela da população que, de forma ativa, participa do fazer político da sociedade, por meio do exercício do direito de voto nas eleições, bem como de efetiva atuação no processo de transformações sociais, de manifestação de suas próprias ideias, ou seja, de todos aqueles indivíduos que, de uma modo ou de outra, teriam *legitimidade* e *legalidade* (brasileiros natos e naturalizados), em conformidade com o ordenamento jurídico nacional, de se pronunciar politicamente, usufruindo do direito de cidadania plena assegurada pelo Estado Nacional Brasileiro, segundo o Inciso II do Artigo 1º da Constituição Federal de 1988¹ estabelece como um dos fundamentos do Estado Democrático, isto é, a cidadania. Daí a importância de se identificar o povo no concerto da multidão que compõe a população. O termo povo nos remete à uma dimensão de ativismo sociopolítico, enquanto a população encerra um sentido exclusivamente demográfico.

Disso, deveria resultar uma maior preocupação, por parte do poder público, com a formação do cidadão nacional, tanto do ponto de vista ético-moral quanto do sociopolítico, intelectual e cultural. Muito se fala da importância do nacionalismo, do civismo e do patriotismo na constituição do cidadão, apontando-se, como exemplos, diversos povos europeus. É comum comparações entre os povos do Brasil, da França e da Alemanha. Todavia, não se contrapõem os diferentes processos educacionais e, em decorrência, os profundos e gritantes desníveis socioeconômicos, políticos e culturais que permeiam uma análise, ainda que simples e superficial, de tais europeus em relação ao brasileiro.

Um povo formado por cidadãos está, infinitamente, muito mais voltado para a proteção dos interesses do seu Estado do que um aglomerado de indivíduos desorganizado socialmente, despreparado para a prática do fazer político e com intensas inclinações para a execução de atividades, no mínimo, consideradas como desvios sociais, para não citar, mesmo, os ilícitos penais.

1 Art. 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

.....
II – a cidadania;

O Professor Gunther Rudzit, doutor em Segurança Nacional da Fundação Armando Alves Penteado (FAAP), relaciona a qualidade da educação oferecida ao desenvolvimento de um país, quando argumenta que

[...] sempre chamo a atenção para o que denominamos países desenvolvidos. Muitos deles têm PIBs menores que o nosso. Para fatores geopolíticos, em termo global, isso não pesa. Mas por que eles são desenvolvidos? A educação está na base disso. É uma questão de segurança nacional? Sim, sem dúvida (RUDZIT, 2012, p. 34).

Como se vê, todo o debate tem como pano de fundo a educação. É por meio do processo educativo, voltado para este fim, isto é, a formação da cidadania, que se forma o indivíduo crítico e consciente de sua realidade social e, como tal, agente ativo no processo de transformação de sua sociedade.

Sobre a importância da educação nas sociedades modernas, Noam Chomsky cita Bertrand Russell, quando este argumenta que a finalidade da educação é

[...] criar um sentido de valor diferente do de dominação, ajudar a criar os cidadãos sábios de uma comunidade livre e, através da combinação de cidadania com liberdade no âmbito da criatividade individual, capacitar os homens para dar à vida humana o esplendor que alguns poucos têm se mostrado capazes de atingir (RUSSELL, apud CHOMSKY, 2008, p. 7).

Evidentemente a apreciação e análise da formação do povo-cidadão brasileiro propõe debates que invocam elementos históricos, sociais, culturais e, mesmo, psicológicos. Isso demandaria limites mais amplos do que aqueles disponibilizados no momento. Assim, restringe-se esta análise apenas à questão da deficiência e das mazelas nos quais historicamente, o sistema educacional brasileiro vem chafurdando ao longo dos séculos.

2 UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto político.
Darcy Ribeiro

Já no período colonial, em meados do século XVI, e pelas mãos dos jesuítas – os soldados de Cristo –, registraram-se as primeiras experiências educacionais no Brasil. É forçoso reconhecer, no entanto, que tal proposta estava mais empenhada na dominação dos gentios², dentro do processo de colonização, do que em sua

2 O próprio padre Manoel da Nóbrega, tido como o grande mentor da ação missionária da Igreja Católica no Brasil Colônia, havia deixado estes objetivos bastante evidentes, quando afirmou que era necessário dominar os nativos, ainda que de forma violenta (MAESTRI, 1993).

educação. Veja-se o despropósito de se ensinar disciplinas como metafísica, retórica e lógica e, o pior, em grego e latim (Koshiba; Pereira, 1990), sugerindo o entendimento de que não se ensinava nada a ninguém. Todavia, não se pode negar o pioneirismo dos religiosos jesuítas na criação dos:

[...] quatro primeiros estabelecimentos de educação levantados no território recém-descoberto, em Piratininga (1554), Bahia (1604), Rio de Janeiro (1568) e Olinda (1576), nos meados do século XVI e que seriam praticamente os únicos em toda a colônia até a metade do século XVIII quando de sua expulsão (LIMA, 1967, p. 85).

É interessante lembrar que o aspecto religioso ligado à educação também se fez presente nas colônias hispano-americanas e anglo-saxônicas. Nota-se que nas colônias inglesas

[...] as escolas e os colleges foram instituídos para atender ao que se chamou então *the spiritual necessities of the continent* [as necessidades espirituais do continente] e para preparar ministros para Deus. Mas, diferentemente das escolas dos religiosos da América Ibérica, àquelas não se dirigiram à catequese dos ameríndios (LIMA, 1967, p. 81).

Vê-se, assim, no Brasil, que os primórdios da educação estiveram intimamente ligados à dominação do gentio dentro do contexto da colonização, sendo, inclusive, a Igreja Católica, considerada como o braço desarmado da conquista lusitana.

Tempos depois, com a consolidação da conquista do território, a educação passou a se constituir num simples instrumento de reprodução do modelo social vigente à época, ou seja, a manutenção da estrutura que concedia privilégios a uma restrita parcela da população, isto é, as elites. A exceção contemplaria somente os elementos às classes mais desfavorecidas destinados a servir em funções administrativas. Percebe-se, assim, que todas as propostas de educação, implementadas desde o período colonial, estiveram sempre a serviço das classes dominantes, constituindo-se, simultaneamente, num eficaz instrumento de dominação, à disposição dos conquistadores, e formador das elites coloniais dominantes (ARANTES, 1998).

Este perfil dos projetos educacionais, postos em prática pelos portugueses, individualizou o Brasil no concerto colonial americano. Neste sentido, os espanhóis e os ingleses imprimiram modelos educacionais cujos objetivos se divorciaram totalmente dos objetivos portugueses. É preciso que se diga que os espanhóis foram os pioneiros em educação no continente. Antes mesmo dos jesuítas criarem uma instituição de ensino em São Paulo, em 1554, os espanhóis fundaram no México,

em 1523, a primeira escola de ensino básico do continente, sendo que, treze anos depois, já em 1536, era edificado o Colégio Santa Cruz de Tlatelolco, o pioneiro no ensino superior de todo o continente americano. A Universidade do México seria criada em 1553 (LIMA, 1967), portanto, um ano antes da fundação do colégio de Piratininga pelos padres jesuítas.

Se os espanhóis foram os pioneiros da educação nas Américas, os portugueses vieram logo atrás. Os ingleses, por outro lado, deram início ao sistema educacional das colônias mais tardiamente. Somente em 1636, abriram o Harvard College, que viria a se transformar numa das mais tradicionais universidades norte-americanas. Logo a seguir, em 1642, a educação primária tornou-se obrigatória nas colônias inglesas, tendo, inclusive, registrado o surgimento de novas instituições de ensino, como o College of William and Mary, em 1693; o College of New Jersey, em 1746 (posteriormente denominada Princeton University, no ano de 1896); o College of Philadelphia, já em 1755 (tornando-se em 1791, também uma universidade, a Pensilvânia of University); e o College of Rhode Island, em 1765 (que se converteria na Brown University, em 1896). Assim, como nos informa Nestor dos Santos Lima, já no século XVIII, “os EUA possuíam uma rede de colégios de educação superior, os quais, muito tempo antes de se tornarem universidades, já ministravam cursos de formação profissional” (LIMA, 1967, p. 83). Isso demonstra grandes contrastes “com as diretrizes das instituições educacionais portuguesas, inauguradas pelos jesuítas em meados do século XVI, como se viu, antes mesmo que as norte-americanas, mas que não apresentavam nenhuma preocupação com a formação profissional dos colonos e dos nativos” (ARANTES, 2017, p. 15).

Com a vinda da Família Real, em 1808, houve uma *preocupação* com a educação na colônia, especialmente, a relacionada à formação técnica e superior, evidentemente voltada para o atendimento das necessidades das elites e da nobreza recém-chegadas. A professora Maria Isabel Moura Nascimento lembra que:

[...] para criar o ensino superior no Brasil, D. João VI instalou em 1808 a Escola Médica da Bahia e no Rio de Janeiro, Economia Política e Escola de Comércio. Em 1812 foi criado o Ensino de Química, no Rio de Janeiro; Agricultura, no mesmo ano, na Bahia; Botânica, em 1814, em complemento à Escola de Agricultura; Farmácia, em 1814, na Bahia; Escola de Belas Artes, em 1816. Com intuito de formar oficiais e engenheiros civis e militares são criadas a Academia Real da Marinha (1808) e a Academia Real Militar (1810), que passou para Escola Central, em 1858, depois Escola Politécnica, em 1874, e finalmente, Escola Nacional de Engenharia (NASCIMENTO et al., 2017, p. 20).

Para o povo, no entanto, pouco ou quase nada foi proposto no sentido de incluí-lo no processo de construção de nação que se desenhava. Hábitos e costumes

medievais eternizavam-se e multiplicavam-se entre o povo no Rio de Janeiro, onde se encontrava a sede administrativa da colônia. A professora Isabel Lustosa cita Rugendas que, embora admita as belezas da cidade, qualifica-a como:

[...] uma das mais porcas aglomerações humanas existentes sob o céu e, fatalmente, destinada a viveiro de pestes [...] a limpeza das ruas deixa muito a desejar, a ponto de se verem, nos lugares mais frequentados, às vezes durante dias inteiros, cães, gatos e mesmo outros animais mortos (apud LUSTOSA, 2006, p. 48).

A mesma professora lembra ainda que:

[...] uma das coisas que surpreenderam negativamente a José Bonifácio de Andrada e Silva, quando retornou ao Brasil, em 1820, depois de 36 anos de vida na Europa, foi a falta de maneiras do povo e das elites. Ele propunha que se abolissem, no país, hábitos como assentar-se em esteiras ou estrados, ficar de cócoras e comer com as mãos (LUSTOSA, 2006, p. 49).

Realidade resultante da falta de escolarização do povo que, por sua vez, se refletia na falta de preparo para a vida em sociedade.

Já no Segundo Império, verificaram-se alguns avanços na área da educação básica, pois, como argumenta Paulo Rezzutti, o imperador “via na educação um meio de civilizar o Brasil” (REZZUTTI, 2019, p. 124), tanto que, no final dos anos 1830, surgiam o Colégio Pedro II³ - que acolhia alunos oriundos das elites - e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro⁴. Apesar de todo o esforço do governo imperial, quarenta anos depois da fundação do Colégio Pedro II, o censo de 1872 dava conta de que “a população analfabeta representava 84% dos brasileiros; sendo que entre as mulheres o analfabetismo chegava a 86% e entre os escravos, a 99%” (REZZUTTI, 2019, p. 353). Como a Lei Saraiva⁵, de 1881, impedia que os analfabetos votassem, fica patente o nível de exclusão imposto a quase totalidade dos brasileiros (84%), do direito ao voto e, portanto, do exercício pleno da cidadania.

Já nos primeiros anos da República, os colégios religiosos também ofereciam opções às classes dominantes com objetivos, muitas vezes, inconfessáveis. Neste contexto “a estratégia principal da Igreja, na época republicana, não visava diretamente ao povo e sim às elites. Para articular sua doutrina com sua prática, a

3 O Colégio Pedro II foi fundado em 02 de dezembro de 1837 em decorrência da reorganização do Seminário de São Joaquim, pelo Ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos.

4 Fundado em 21 de outubro de 1838.

5 Decreto nº 3.029, de 09 de janeiro de 1881 que, entre outras coisas, normatizou o processo eleitoral e instituiu o Título de Eleitor no Brasil.

área vital escolhida foi a educação” (BARBOZA, 1997, p. 49-50), o que confirma o pendor para a utilização do processo educacional no sentido de formar indivíduos voltados para a defesa dos princípios éticos e morais das civilizações ocidentais baseadas nas tradições judaico-cristãs - escravocratas, elitistas - e não em uma educação global e inclusiva que formasse cidadãos para o Brasil.

Neste ritmo, em 1900, com coeficientes de analfabetismo superiores a 75%, sendo que em algumas unidades da federação “ chegaram a atingir mais de 80% em quatro delas, a saber: Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Piauí” (BORGES, 2011, p. 352). Estes percentuais implicam, mais uma vez, numa brutal exclusão do brasileiro do processo de escolha de seus governantes. A este respeito, a professora e pesquisadora Vera Lúcia Bogéa Borges lembra que nas eleições presidenciais de 1910, na qual se elegeram Hermes da Fonseca e Wenceslau Brás – presidente e vice-presidente, respectivamente:

[...] do total da população, de pouco mais de 23 milhões de habitantes, estavam aptos para votar pouco mais de um milhão de eleitores (5%) e destes, apenas cerca de 800 mil compareceram às urnas, isto é, 60% dos eleitores e 3% dos habitantes (2011, p. 353).

O que leva José Murilo de Carvalho a considerar a educação inclusiva ou popular:

[...] definida como direito social [...] tem sido historicamente um pré-requisito para a expansão dos outros direitos [civis e políticos] [...] A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política (CARVALHO, apud BORGES, 2011, p. 360).

3 ALGUMAS PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA NO BRASIL

O que me surpreende na aplicação de uma educação realmente libertadora,
é o medo da liberdade.

Paulo Freire

3.1 Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova

Durante toda a República Velha, o sistema educacional permanecia no confortável marasmo que privilegiava, como de hábito, apenas os membros das elites, formando uma verdadeira casta intelectualizada, em detrimento das massas desassistidas, preparadas apenas para o trabalho braçal e, como tais, meros instrumentos no processo de acumulação de riquezas daquelas mesmas elites intelectualizadas. Ou seja, a escola, no Brasil, permanecia como um simples agente reprodutor do modelo social, vigente há séculos.

Sensíveis a esta realidade, já em 1932, um grupo de intelectuais e educadores – Afrânio Peixoto, Anísio Teixeira, Cecília Meireles e Fernando Azevedo, entre outros –, preocupados com a endêmica inoperância do sistema educacional brasileiro, propuseram inovações pedagógicas objetivando uma completa reforma que viesse a permitir o oferecimento, a todos os alunos, independentemente das suas classes sociais de origem, uma escola pública de qualidade, laica, obrigatória, gratuita e formadora da cidadania. Ou seja, lançaram a ideia de uma verdadeira revolução educacional que atingisse a todos os indivíduos da nação brasileira, e não apenas aqueles oriundos das classes mais abonadas e já tão beneficiados ao longo dos séculos.

Assim, em defesa da necessidade urgente de transformações modernizadoras da estrutura educacional do país, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova propunha, entre outras, as seguintes questões:

Por que os nossos métodos de educação haviam de continuar a ser tão prodigiosamente rotineiros, enquanto no México, no Uruguai, na Argentina e no Chile, para só falar na América espanhola, já se operavam transformações profundas no aparelho educacional, reorganizado em novas bases e em ordem a finalidades lucidamente descortinadas? Por que os nossos programas se haviam ainda de fixar nos quadros de segregação social, em que os encerrou a república, há 43 anos, enquanto nossos meios de locomoção e os processos de indústria centuplicaram de eficácia, em pouco mais de um quartel de século? Por que a escola havia de permanecer, entre nós, isolada do ambiente, como uma instituição enquistada no meio social, sem meios de influir sobre ele, quando, por toda a parte, rompendo a barreira das tradições, a ação educativa já desbordava a escola, articulando-se com as outras instituições sociais, para estender o seu raio de influência e de ação? (REVISTA HISTED, 2006, p. 189).

Portanto, o projeto era modernizar o sistema educacional do país e torná-lo inclusivo e instrumento da formação da cidadania do povo. A partir daí, algumas propostas surgiram.

3.2 A Escola de Horário Integral de Anísio Teixeira

Anísio Teixeira destacou-se entre os signatários do Manifesto dos Pioneiros e, ainda hoje, é tido como um dos mais respeitados educadores do Brasil. Propôs o oferecimento de escolas de horário integral – com todas as suas orientações sociopedagógicas –, como único meio de impulsionar uma educação voltada para

a emancipação das classes mais subalternas da sociedade brasileira, que há séculos vivenciava um injusto processo de exclusão do exercício pleno da cidadania e, por conseguinte, promover, também, o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural do Brasil, por meio da ação direta do povo no fazer político. A Defesa do horário integral tinha com argumento que a escola de horário parcial não atendia às necessidades e aos anseios das classes trabalhadoras que não vislumbravam nenhuma possibilidade de melhorias sociais para seus filhos.

Ao sugerir e implantar, em 1950, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador, Bahia, durante o governo Estadual de Octávio Mangabeira, localizado em uma das áreas mais empobrecidas da capital baiana, Anísio tornou-se o pioneiro do horário integral no Brasil. Todavia, sua escola não foi prestigiada pelas elites e, muito menos, pelo poder público. Sucateada pelos governos seguintes e, inteiramente abandonada, durante o período do regime militar (1964 a 1985), a Escola de Anísio Teixeira ainda persevera em Salvador.

3.3 O Plano Nacional de Alfabetização

Nas vésperas do movimento civil-militar de 1964, Paulo Freire, “um dos maiores educadores do mundo” (LIMA, 2001, p. 107), revolucionava o processo cognitivo brasileiro com sua proposta de educação popular crítica, voltada tanto para a alfabetização quanto para o despertar da consciência política, que se tornou conhecida como Método Paulo Freire. No início dos anos 1960, desenvolveu, no paupérrimo município nordestino de Angicos, no Estado do Rio Grande do Norte, experiências financiadas com recursos da Aliança para o Progresso⁶, nas quais foram alfabetizados mais de três centenas de trabalhadores rurais num período de apenas quarenta e cinco dias. Em vista do sucesso do modelo, o então presidente João Goulart, envolvido com propostas modernizadoras da sociedade brasileira, autorizou o Plano Nacional de Alfabetização, que previa a implantação de vinte mil núcleos de ensino semelhantes ao experimentado em Angicos, dispersos pelo país.

Seria interessante lembrar que, na ocasião, o insuspeito embaixador norte-americano, Lincoln Gordon:

[...] chegou a ver isso como positivo, até que o governador Aluizio Alves [...] lhe abriu os olhos: o método do tal professor Paulo Freire ‘é uma criação dos comunistas para politizar os analfabetos’. Junto a uma palavra lhes ensinavam uma ideia, ‘sempre uma ideia comunista, falando de trabalho ou reivindicando terra, com o pretexto de dar consciência da

6 Programa de fomento ao desenvolvimento econômico, político e social de países latino-americanos, proposto pelos EUA em 1961, com previsão de investimentos da ordem de US\$ 20 bilhões por um período de dez anos. Foi chamado, também, de Plano Marshall da América Latina.

realidade' [...] 'o que eles querem é alfabetizar essa gente para que votem nos comunistas'. (TAVARES, 2014, p. 110-111).

Todavia, logo após o movimento civil-militar de 1964, que depôs o presidente João Goulart, o Plano Nacional de Alfabetização foi suprimido e Paulo Freire encarcerado sob a acusação de *traição*.

3.5 O Programa Especial de Educação (PEE)

O Programa Especial de Educação - PEE⁷, na verdade, foi uma tentativa de recuperação das propostas de Anísio Teixeira, para a educação pública, mais de três décadas após a criação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, na Bahia. Embora sujeitando-se a pequenos ajustes e adaptações à realidade da população estudantil fluminense, o PEE guardava, em sua essência, a genialidade de Anísio Teixeira.

Apresentado no Estado do Rio de Janeiro, nos anos 1980, sob o governo de Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), o PEE teve como seu idealizador e mentor o Professor Darcy Ribeiro, vice-governador do Estado.

A proposta pedagógica do programa oferecia aos alunos da rede pública estadual de ensino uma escola que pudesse atender às suas reais necessidades de educação, desde a alfabetização, passando pelo atendimento médico-odontológico, alimentação, fornecimento de material didático, oficinas, oferecimento de atividades lúdicas e educativas e para fechar o ciclo, a formação de indivíduos conscientes dos direitos e dos deveres impostos pelo exercício pleno da cidadania e, portanto, habilitados e instrumentalizados para a transformação da sociedade de acordo com os princípios democráticos. Ou seja, uma escola muito próxima dos ideais de Anísio Teixeira.

Evidentemente que este aspecto não foi visto com bons olhos pelas camadas elitizadas. A este respeito, a professora Leila Medeiros de Menezes, ex-Diretora da Divisão de Programas Especiais da Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro, já dizia que o PEE foi um projeto “que visava mexer com essa sociedade, e mexeu tanto, e começou a incomodar tanto, que a gente vê, na história do Programa, como se criou todo um discurso para destruir a proposta” (MENEZES apud ARANTES, 1998, p. 101).

Da mesma forma que Anísio Teixeira viu suas propostas rejeitadas em detrimento da classe estudantil e do Brasil, também Darcy Ribeiro assistiu ao total desmantelamento do PEE, promovido pelos governos que se sucederam no Rio de Janeiro, em prejuízo de, aproximadamente, 300.000 alunos da rede pública de ensino do Estado.

Assim, mais uma alternativa que oferecia possibilidades de avanços e melhoria da qualidade, não apenas da educação, mas, também e principalmente, do cidadão brasileiro foi descartada, num processo permeado por disputas político-partidárias e injunções das elites políticas, econômicas e culturais.

⁷ Para maiores detalhes acerca do Programa Especial de Educação, ver ARANTES, Jorge. Programa Especial de Educação: Um Projeto Político. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

3.6 O Programa Mais Educação

O Programa Mais Educação⁸, do governo federal, criado em 2007, no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, previa a permanência dos alunos nos dois turnos (manhã e tarde), tendo como objetivo básico promover um salto qualitativo na formação dos beneficiários e priorizar “a política pública de educação integral em unidades de ensino com mais estudantes beneficiados pelo programa de transferência de renda”,⁹ apresentou resultados satisfatórios. Assim, como no Programa Especial de Educação (PEE), o Programa Mais Educação voltou o olhar para as camadas mais desassistidas e marginalizadas da sociedade. Daí o atendimento prioritário às escolas cujos alunos se encontravam em condições de vulnerabilidade social e, por isso, exigiam uma convergência prioritária de políticas públicas e educacionais.

Mais recentemente, o Programa Novo Mais Educação, criado em 2016, projeto do Ministério da Educação destinado a melhoria da aprendizagem das disciplinas de Português e Matemática no Ensino Fundamental por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, otimizando o tempo de permanência dos estudantes na escola. Assim, visa alfabetizar, reduzir os índices de abandono e reprovação, bem como a melhoria dos resultados de aprendizagem. Veja-se que os princípios da escola integral estão presentes em todas as propostas pós Anísio Teixeira.

Tais propostas apenas somam-se àquelas já apresentadas há décadas, com pequenas variações e nomenclaturas novas, mas que, em sua essência, são uma simples repetição das diversas contribuições de grandes educadores para a otimização do processo de educação brasileiro. As boas ideias são muitas, porém a vontade política de levá-las adiante são poucas ou mesmo inexistentes. Enquanto isso, o povo brasileiro permanece alijado do exercício dos seus direitos de cidadão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação no Brasil jamais será prioridade, porque a política brasileira sobrevive da ignorância do povo.
Jair Alberto Martina

Enquanto elemento constitutivo do Estado Brasileiro, o povo ainda não foi reconhecido como tal pelas elites econômicas, políticas e culturais, desde os tempos da colônia até os dias atuais. Como se viu, várias foram as propostas

8 Para maiores detalhes acerca do Programa Mais Educação vide [HTTP://www.portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducação.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducação.pdf).

9 [HTTP://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/08/08/dezoito-mil-escolas-brasileiras-comecam-a-implantar-o-horario-integral](http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/08/08/dezoito-mil-escolas-brasileiras-comecam-a-implantar-o-horario-integral). Acesso em: 05 dez. 2012.

de resgate do povo brasileiro para o Brasil pelo processo educativo. Tivemos a contribuição de professores como Paulo Freire, reconhecido mundialmente, e de outros expressivos como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, entre tantos idealizadores de um país formado por cidadãos que, além de dominarem os conteúdos de Língua Portuguesa, Matemática, História e de todas as demais disciplinas, também se tornassem críticos e conscientes, não só de sua realidade social nacional, mas, igualmente, da realidade mundial - aquecimento global, equilíbrio ecológico, degradação ambiental, blocos econômicos, ingerência de potências mundiais em países periféricos, bloqueios econômicos de países pobres, etc. - que o processo de globalização midiática nos intoxica diariamente. Ou seja, tornar o brasileiro um cidadão antenado com o mundo.

Todavia, em razão do cruel descaso com a educação de qualidade, ao longo dos séculos, tem-se hoje, no Brasil, uma situação que beira os limites do absurdo para um povo que se pretenda enquanto nação, algum dia.

De acordo com as avaliações do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA)¹⁰, de 2009, do qual participaram 65 países, o Brasil só conseguiu chegar ao 53º lugar. Segundo Frei Betto,

[...] ‘na escala de 1 a 800 pontos, nosso país alcançou 401’, acrescentando, logo a seguir, que ‘estamos tão atrasados que o Plano Nacional de Educação prevê que o Brasil alcance, no Pisa, 477 pontos em 2021. Em 2009, a Lituânia alcançou 479; a Itália, 486; os EUA, 496; a Polônia, 501; o Japão 529; e a China, campeã, 577’.¹¹

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)¹², também de 2009, revela, em seus resultados, uma situação preocupante em relação ao Ensino Médio. Segundo reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, “na média, numa escala que vai de 0 a 10, os estudantes tiraram 3,6 – nota apenas 0,1 maior do que a alcançada na edição anterior, de 2007” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 02/07/2010)¹³. Constatou-se, na ocasião, que os alunos não tinham noção de que a metade de um todo corresponde a 50% do mesmo. Esta realidade levou o sociólogo Simon Schwartzman a fazer o seguinte comentário: “Se não começar

10 PISA - Sistema internacional que promove a avaliação de desempenho escolar tomando por base diversos países. É coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Trata-se do maior sistema de estudo sobre educação no mundo.

11 BETTO, Frei. Brasil de Fato – Uma Visão Popular do Brasil e do Mundo. Disponível em [HTTP://WWW.brasiledefato.com.br/node/5485](http://WWW.brasiledefato.com.br/node/5485) Acesso em: 19 dez. 2016.

12 Indicador geral da educação no sistema público e privado. É calculado de acordo com a relação entre rendimento escolar (aprovação e reprovação) e desempenho em Língua Portuguesa e Matemática entre alunos do 5º e 9º Anos do Ensino Fundamental II e 3º Ano do Ensino Médio.

13 Jornal O Estado de São Paulo, Avaliação Mostra Estagnação do Ensino Médio no Brasil, com Nota 3, 6 edição de 02 jul. 2010, p. 17.

a desatar os nós do Ensino Médio, o Brasil vai ficar para trás” (REVISTA VEJA, 11/11/2011).¹⁴

Já em 2011, por meio da Prova denominada Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização (ABC), aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em parceria com Todos pela Educação, na qual os concluintes do 3º Ano do Ensino Fundamental foram avaliados, constatou-se que 43,9% não haviam aprendido o que se esperava em Leitura, e 46,6% não alcançaram as expectativas em Escrita. Ou seja, mais de 40% dos alunos pesquisados não sabiam ler e escrever (O GLOBO, 04/01/2012)¹⁵.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), resultante de avaliações realizadas entre 2005 e 2015 e publicado em março de 2017, revela que o primeiro segmento do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) tinha como meta 5,2 e alcançou Ideb 5,5, apresentando, portanto, resultado positivo. O mesmo não ocorreu com o segundo segmento (6º ao 9º Ano), que ficou aquém das expectativas. A meta a ser atingida 4,7, mas alcançou apenas 4,5 de Ideb. Já em relação ao Ensino Médio, a pesquisa indica uma total estagnação, desde 2011, uma vez que a meta pretendida para 2015 apontava para o índice de 4,3, tendo alcançado apenas Ideb 3,7 (G1 - Educação, 08/09/2016)¹⁶.

Em novembro de 2012, as consultorias britânica a Economist Intelligence Unit (EIU) e a Pearson divulgaram o relatório resultante de uma pesquisa na qual foram analisados os resultados dos níveis de aprendizagem do sistema educacional de quarenta países, baseando-se em dados percentuais de alfabetização e de conclusão do Ensino Médio e do Ensino Superior. No topo da lista, encontramos a Finlândia e a Coreia do Sul. Em contrapartida, no outro extremo da lista, figuram o Brasil e a Indonésia, nesta ordem. O rendimento escolar brasileiro conseguiu a proeza de ficar atrás dos resultados dos sistemas educacionais mexicano, colombiano e argentino (VERONESE, 27/11/2012).¹⁷

Os dados do PISA de 2015¹⁸ revelaram que o Brasil ficou no grupo dos 12 piores países com uma média de 407, bem abaixo da média de 493 da Organização para a

14 Revista Veja. Enem e o Desastre do Ensino Médio Brasileiro, edição de 11/11/2011. Disponível em [HTTP://educarparacrescer.abril.com.br/indicadores/enem-desastre-ensino-medio-brasileiro-646228.shtml](http://educarparacrescer.abril.com.br/indicadores/enem-desastre-ensino-medio-brasileiro-646228.shtml). Acesso em: 12 set.2012.

15 Prova mostra que mais de 40% dos alunos alfabetizados não sabem ler e escrever. Jornal O Globo - Sociedade - On Line, 04/01/2012. Disponível em <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/prova-mostra-que-mais-de-40-dos-alunos-alfabetizados-nao-sabem-ler-escrever-3216605>. Acesso em: 05 abr. 2017.

16 Ensino Médio e anos finais do fundamental ficam abaixo da meta do Ideb, 08/09/2016. Disponível em <http://g1.globo.com/educacao/noticia/ideb-no-ensino-medio-fica-abaixo-da-meta-nas-escolas-do-brasil.ghtml>. Acesso em: 04 abr. 2017.

17 VERONESI, Luiza Beloni. Brasil é penúltimo em Ranking Mundial de Educação. Disponível em <[HTTP://infomoney.com.br/carreira/educacao/noticia/2621588/Brasil-penultimo-ranking-mundial-educacao](http://infomoney.com.br/carreira/educacao/noticia/2621588/Brasil-penultimo-ranking-mundial-educacao)>. Acesso em: 02 mar.2017.

18 Disponível em <http://exame.abril.com.br/brasil/brasil-esta-entre-os-8-piores-em-ciencias-em-ranking-de-educacao/> - Acesso em: 07abr. 2017.

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Todavia, o pior desempenho foi em Matemática. O Brasil foi agrupado com os cinco piores países, com uma média de 377, ante a média de 490, entre os da OCDE¹⁹.

Em pesquisas mais recentes do PISA (2018), publicada em dezembro de 2019, comparado com outros 78 países que participaram da avaliação, os resultados para o Brasil apenas confirmaram o perfil exibido ao longo dos tempos. O País apresentou, mais uma vez, baixíssimos rendimentos em Leitura, Matemática e Ciências. Em relação à América do Sul, em Matemática, ficamos atrás do Uruguai, Chile, Peru e Colômbia. Em Leitura, o Brasil se apresenta como o segundo pior do ranking sul-americano; e, em Ciências, foi o último colocado.

Enquanto isso, no ranking mundial, a posição do Brasil nestas disciplinas foi a seguinte: Leitura, 59º lugar; Ciências, 67º lugar; e Matemática, 72º lugar. Observe o quadro a seguir:

Quadro 1 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) - Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) revela baixo desempenho escolar em Leitura, Matemática e Ciências no Brasil

Disciplina	Média		Posição do Brasil no ranking mundial
	OCDE	Brasil	
Leitura	487	413	59º
Matemática	489	384	72º
Ciências	489	404	67º

Fonte: INEP - PISA 2018, 03/12/2019. Disponível em http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil/21206. Acesso em: 17 dez. 2019.

Os resultados dessas pesquisas são – ou deveriam ser – alarmantes. Como um país com as dimensões físicas, econômicas e culturais como o Brasil, com um complexo industrial e uma economia respeitados no mundo, com pretensões a conquistar a posição de membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) pode ascender à condição de país central, mantendo seu sistema educacional atrelado aos interesses de classes sociais, as quais vêm, ao longo dos séculos, impedindo que o país alce voo independente? É o projeto político destas mesmas classes sociais que inviabilizaram e, ainda hoje,

19 Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, República Tcheca, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Coréia, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos e Israel.

inviabilizam toda e qualquer proposta político pedagógica voltada verdadeiramente para a formação intelectual e profissional do brasileiro e, principalmente, para a construção da cidadania do povo.

Nos anos 1980, ao analisar o fracasso educacional brasileiro, o Professor Darcy Ribeiro (1986, p. 15) argumentava que suas raízes encontravam no processo histórico enquanto suas causas:

[...] vêm da colônia que nunca quis alfabetizar ninguém, ou só quis alfabetizar uns poucos homens para o exercício de funções governamentais. Vem do Império que, por igual, nunca se propôs a educar o povo. A República não foi muito mais generosa e nos trouxe à situação atual de calamidade na educação. (RIBEIRO, 1986, P. 15).

A falta de compromisso do poder público nacional – muitas vezes confundido com as próprias classes dominantes –, para com os interesses do país, associado à inércia e à ausência de vontade política, transformaram o Brasil num país de analfabetos ou, na melhor das hipóteses, de semianalfabetos – ou, ainda, segundo um novo termo criado, de analfabetos funcionais –, desprovidos de esclarecimentos de ordem política, econômica e social e, como tais, membros de uma massa popular amorfa, despolitizada, desinteressada e socialmente desnorteada, na qual se constitui, hoje, o povo brasileiro. Sem dúvida, um risco para a segurança nacional.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Jorge. *Um Olhar Histórico sobre a Tirania Praticada Contra a Educação Emancipatória no Brasil*. In Multicultura – Revista Científica Eletrônica da Faculdade Sul Mineira, Volume II, pp. 8-25, **São Lourenço** – MG, jul./dez. 2017 – ISSN 2526-2394. Disponível em: www.faculdesulmineira.com.br/revista

ARANTES, Jorge. *Programa Especial de Educação: Um Projeto Político*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

BARBOZA, Marilena Ramos et ali. *Religião e pacto das elites após a Revolução de 1930: os seus reflexos na reforma Capanema*. In Dia-logos: Revista dos alunos da Pós-graduação em História. Rio de Janeiro: IFCH/UERJ - Edição Especial, 1997, Ano 1, nº 11, p. 49-50. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/dia-logos/article/view/23214/16555>. Acesso em: 19 nov. 2019.

BETTO, Frei. *Brasil de Fato – Uma Visão Popular do Brasil e do Mundo*. Disponível em [HTTP://WWW.brasildefato.com.br/node/5485](http://WWW.brasildefato.com.br/node/5485). Acesso em: 19/12/2016.

CHOMSKY, Noam. Problemas do Conhecimento e da Liberdade. Rio de Janeiro: Record, 2008.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. *A Batalha Eleitoral de 1910: Imprensa e Cultura Política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzy Frayze. *História do Brasil*. 5 ed., São Paulo: Atual, 1990.

LIMA, Nestor dos Santos. *A Terceira América - Ensaio sobre a Individualidade Continental do Brasil*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1967.

LIMA, Carlito. *Confissões de um Capitão - Memórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I - Um Herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MAESTRI, Mário. *A Conquista Lusitana e o Genocídio Tupinambá*. 2 ed., São Paulo: Moderna, 1993.

MARTINEZ, Vinício. *Estado moderno: características, conceito, elementos de formação, instituições políticas, natureza jurídica, atualidades*. *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 18, n. 3832, 28 dez. 2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/26268>. Acesso em: 27 nov. 2019.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. *Instituições Escolares no Brasil Colonial e Imperial*. p. 20. Disponível em www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/período_imperial_instituicoes.html. Acesso em: 21 abr. 2017.

RUDZIT, Gunther. Educação: Questão Fundamental para Segurança Nacional e Defesa do País. In *Em Discussão - Revista de Audiência Pública do Senado Federal*, ano 3, nº 10, março de 2012. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/sociedade-armadas-debate-militares-defesa-nacional-seguranca/educacao-para-seguranca-nacional-e-defesa-do-pais.aspx>. Acesso em: 19 dez. 2019

REVISTA HISTED On-Line, Campinas, nº especial, pp. 188-204, ago. 2006 - ISSN:1676-2584. Disponível em histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf. Acesso em: 14 dez. 2019.

REZZUTTI, Paulo. D. Pedro II - O Último Imperador do Novo Mundo revelado por cartas e documentos inéditos. São Paulo: LeYa, 2019.

RIBEIRO, Darcy. *O Livro dos Cieps*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1986.

RUSSELL, Bertrand. *Power: A New Social Analysis*. Nova York: W.W. Norton & Company, 1938.

TAVARES, Fávio. *1964: O Golpe*. Porto Alegre (RS): L&PM, 2014.

VERONESI, Luiza Beloni. Brasil é Penúltimo em Ranking Mundial de Educação. Disponível em [HTTP//infomoney.com.br/carreira/educacao/noticia/2621588/Brasil-penultimo-ranking-mundial-educacao](http://infomoney.com.br/carreira/educacao/noticia/2621588/Brasil-penultimo-ranking-mundial-educacao). Acesso em: 02 mar. 2017.

Recebido em: dez 2019

Aceito em: fev 2020